
BARBÁRIES DESLOCADAS: RESISTIR COM AS PALAVRAS

BARBARIES DÉPLACÉES : RÉSISTER AVEC LES MOTS

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Docente Pesquisadora do PPG Linguística da Universidade de Franca
E-mail: azevedo.aline@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4225-743X>

ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela

Livre Docente em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Docente da Universidade Estadual de Campinas
E-mail: monzoppi@unicamp.br
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9823-0696>

BIZIAK, Jacob dos Santos

Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara
Docente do Instituto Federal de São Paulo e da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara
E-mail: jacob.biziak@ifpr.edu.br
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9495-5171>

RESUMO

Apresentamos, neste texto, um breve percurso teórico sobre a resistência no campo da Análise de Discurso de viés materialista. Nele discutimos elementos teóricos em Pêcheux, Althusser e Orlandi, cuja retomada possa vir a funcionar como introdução reflexiva aos artigos apresentados no Número Temático “Práticas de resistências frente à barbárie: língua, discurso, sujeito e sentido”.

Palavras-chave: Resistência. Análise do Discurso. Político.

RÉSUMÉ

Dans ce texte, nous présentons un bref parcours théorique sur la résistance dans le domaine de l'analyse de discours matérialiste. Nous y avons discuté des éléments théoriques dans Pêcheux, Althusser et Orlandi, dont la reprise pourrait servir d'introduction réflexive aux

articles présentés dans le numéro thématique “Pratiques de résistance face à la barbarie : langue, discours, sujet et sens”.

Mots-clés: Résistance. Analyse du discours. Politique.

RESISTIR COM AS PALAVRAS

Tudo isso, dir-se-á, são ainda e sempre palavras. Pois bem, não o são. Essas palavras são justamente armas para a luta de classe na teoria; e, como a luta de classe na teoria é uma ‘parte’ da luta de classe pura e simples, e como a forma mais alta da luta de classe é a luta política, as palavras da filosofia são armas no combate político” (ALTHUSSER, [1972] 1978, p. 17)

A citação que abre este nosso texto não foi escolhida por acaso. Foi justamente em “Resposta a John Lewis”, texto escrito por Althusser em 1972 e publicado na revista “Marxism Today”, que o filósofo defende o lugar fundamental da palavra na luta política. Segundo ele, não é possível fazer filosofia desvinculando-a da política, isto é, “a filosofia é, em última instância, luta de classe na teoria”. Entretanto, essa luta na teoria possui a especificidade de ser, precisamente, uma luta com as palavras, essas “armas no combate político”.

Embora Althusser esteja tratando, neste seu texto, das “palavras da filosofia”, especialmente voltadas para a crítica às três teses que fundamentam o artigo de John Lewis, apontando a obscuridade da assertiva idealista e humanista de que “o homem faz a história”, bem como da “liberdade pequeno-burguesa” (ALTHUSSER, [1972] 1978, p. 23) que lhe serve de ancoragem, seu texto nos é valioso porque introduz a ideia de que não nos é possível resistir fora do simbólico.

Ora, há quem resista em silêncio, erigindo o próprio corpo como lugar material de resistência. Há quem resista no desvio e há quem resista com gestos; a resistência, como gesto, se dá no simbólico e intervém no real (PÊCHEUX, [1969] 2010).

Assim, no campo da Análise de Discurso, construído disciplinarmente no entremeio da linguística, do materialismo e da psicanálise, nesse campo que, conforme Pêcheux ([1980] 2016, p. 18), constitui “um terreno de encontros problemáticos”, não podemos prescindir das palavras para resistir. É com as palavras que podemos nos engajar “na produção de acontecimentos” (p. 27) capazes de subverter as rotinas de reprodução dos sentidos, “pequenos acontecimentos

teóricos” aos quais nos implicamos. Acontecimentos que funcionem como intervenção, com a força de uma intervenção.

Talvez possamos pensar essa intervenção como uma práxis, uma ação que nos coloque em condição de “tratar o real pelo simbólico” (LACAN, 2008, p. 14). Um gesto teórico-político de efeitos imprevisíveis. Uma aposta, como a descrevem Cestari e Nogueira (2017), quando definem a prática da Análise de Discurso, considerando sua inscrição no terreno político, como uma *política da aposta*.

Nosso gesto de resistência, textualizado neste Número Temático, é uma aposta em transformar a realidade de opressão que enfrentamos hoje; as palavras aqui tecidas são armas no combate político, palavras que abrem trincheiras contra um governo defensor de armas letais e políticas que disseminam o ódio e a morte.

RESISTIR EM ANÁLISE DO DISCURSO

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político). (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 277)

Como compreender, da perspectiva discursiva, as práticas de resistência que se formulam e circulam como resposta à barbárie de nossa condição atual? Como acolher a insurgência e a revolta em um modo discursivo de apreensão da ideologia e de seu funcionamento?

Alocando essas questões como horizonte de nossas reflexões, traçamos um breve percurso de compreensão das práticas de resistência, a partir da perspectiva teórico-epistemológica da análise do discurso de matiz materialista, cuja visada exige, necessariamente, um deslocamento que permita: a) *desnaturalizar* a própria noção de resistência, afastando-a da litania dos sentidos ao restituir as múltiplas determinações constitutivas da produção de conhecimento a respeito deste conceito; b) *resignificá-la* a partir da consideração de que a luta de classes é desigual e de que sujeitos e sentidos são constituídos pela ideologia e pelo inconsciente.

Em se tratando da produção de conhecimento sobre a resistência, faz parte de nossas premissas considerar o equívoco como real da língua

e a contradição como real da história. Consequentemente, a perspectiva discursiva exige uma leitura desta noção atenta, segundo alertou Pêcheux ([1975] 2009), ao voluntarismo idealista, o que leva a interrogar, conforme Orlandi (2012a, p. 213), a autonomia do sujeito: “[...] nosso cuidado ao criticar essas posições, é indicar o movimento e a transformação, sem aceitar o voluntarismo e o automatismo mistificador”. Em decorrência, impõe-se um necessário deslocamento nos sentidos dicionarizados para a resistência, os quais trazem uma definição¹ balizada pelo senso comum, principalmente enquanto *oposição* à vontade do outro ou a uma força opressora.

Ao discutir a posição materialista em *Análise do Discurso*, Orlandi (2012a, p. 19) especifica que “não é senão na contradição que caminha a história”. Pensar a resistência *na* contradição, conforme Pêcheux, é então considerar que a relação com o invisível é inevitavelmente colocada, constituindo “um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história” (PÊCHEUX, 1990, p. 9). Na passagem de um mundo ao outro própria ao espaço revolucionário, não há mais fronteiras visíveis e estáveis (como no sistema feudal): no sistema capitalista as linhas de força são invisíveis, instáveis e sutis.

Assim, uma compreensão discursiva da noção de resistência deve, portanto, estar atenta ao processo ideológico que naturaliza e dissimula a ideia da igualdade entre os sujeitos, ideia que se sustenta na ilusão da simetria e homogeneidade, a qual ignora as relações de força, denegando as contradições sociais e ideológicas. Ao invés de pôr o sujeito no centro, privilegiando o antagonismo e o atrito, prioriza-se o movimento dos sujeitos *com* os sentidos, ou seja, o entendimento de que o sujeito não faz a história por ele mesmo, como supõe a perspectiva idealista (ALTHUSSER, [1972] 1978).

Assim, a partir desta elaboração conceitual, Pêcheux opera um deslocamento das noções de antagonismo e enfrentamento; ao problematizar a constituição do sujeito a partir do ritual do assujeitamento, o filósofo recusa a definição de sujeito consciente de si e de suas ações, aquele que realiza seus objetivos e resiste por si mesmo, sobrepondo o seu adversário. Sua proposta é considerar a resistência implicada no funcionamento da ideologia e suas brechas, nos equívocos que constituem as relações de sentido.

1. “1. qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo; 2. o que se opõe ao movimento de um corpo; 3. capacidade de suportar fadiga, a fome, o esforço; 4. defesa contra um ataque; 5 fig. recusa de submissão à vontade do outro, oposição, reação; 6 fig. reação a uma força opressora; 7 fig. qualidade de quem demonstra firmeza; 8 fig. vigor moral; determinação [...]”. (HOUAISS, 2001, p. 642)

Em seu projeto teórico, a contradição social tem caráter estruturante, posto que os modos de produção (dominante e dominados) relacionam-se pela contradição (um-no-outro), configurando uma formação social: “[...] as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um outro mundo, anterior, exterior ou independente”, dirá o filósofo (PÊCHEUX, 1990, p. 16 – grifos do autor). Ainda, Pêcheux pontua que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Depreende-se disso que a resistência localiza-se nas contradições próprias às falhas do ritual ideológico de interpelação, realizando-se sob a própria dominação.

Além disso, há de se considerar que a resistência articula-se a um trabalho de linguagem, quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido:

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história. E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX [1975] 2009, p. 279)

Enquanto sujeitos de linguagem, somos confrontados com o fato de que o significante está aberto ao possível da significação, visto que significante e significado não estão fixados um ao outro. Conforme Pêcheux ([1975] 2009), o *primado da metáfora sobre o sentido* sintetiza a tese de que o sentido é produzido pelo deslizamento sem origem do significante, consentindo na polissemia, compreendida enquanto possibilidade mesma do movimento entre o significante e o significado, isto é, enquanto consequência necessária da incompletude da língua.

Pêcheux convoca, assim, a materialidade da língua para traçar um percurso de reflexão sobre a resistência, situando-a como lugar do deslocamento, da possibilidade, do sentido outro, e cujo funcionamento comporta relações entre “o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” (PÊCHEUX, 1990, p. 8). Assim, a compreensão discursiva da resistência constitui um trabalho com o real, em que se conjugam o equívoco (real da língua e a abertura ao deslizamento dos sentidos) e a contradição (real da história sujeito às contingências do acontecimento).

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

Pêcheux estabelece, então, as práticas de resistência como “vitórias ínfimas”, formas de aparição esquivas, que, “no tempo de um relâmpago”, instalam alguma coisa de uma outra ordem, desestabilizando a ideologia dominante ao tirar partido de seu desequilíbrio.

Para ele, embora não tenha uma origem detectável, a resistência se realiza no jogo da linguagem, na materialidade da língua: ela é a possibilidade de deslocar sentidos já esperados, ao dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis. “É resignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um lapso, um equívoco), seja incorporando o non sens, ou simplesmente não dizendo nada” (MARIANI, 1998, p. 26).

Desse modo, os mecanismos de resistência são decorrentes do próprio processo de interpelação ideológica, posto que a interpelação é falha. Assim, a afirmação de Pêcheux de que “não há dominação sem resistência” torna-se discernível a partir da compreensão de que a relação entre um dizer e suas rupturas funcionam simultaneamente; ainda que em uma fração de segundos, os sentidos são sempre suscetíveis a versões outras, por causa/e apesar da interpelação ideológica.

Não se trata, como nos lembra Pêcheux (1983/1990 p. 56), de pretender que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. Neste sentido, Pêcheux (op.cit. p. 57) esclarece que “a análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais”. Porém, e consideramos importante destacar este aspecto em sua reflexão, essa sua desconfiança face a qualquer “ciência régia” capaz de fornecer uma cobertura homogênea e logicamente estabilizada para o real sócio-histórico, não o leva, no entanto, a considerar o discurso como espaço das singularidades

inefáveis produzidas por alguma subjetividade, reduto último de uma vontade de ação capaz de escapar a qualquer determinação (histórica e simbólica).

Assim, destacamos² a possibilidade em aberto, realizada ou realizável, de o discurso produzir um efeito desestruturador-desregularizador pelo simples fato dele ter existência. Se todo discurso é compreendido por Pêcheux como um “índice potencial de agitação nas filiações sócio-históricas e nas redes e trajetos de memória”, entendemos que todo discurso é constitutivamente habitado pelo acontecimento, compreendido na sua radical contingência histórica. Retomando as considerações de Althusser ([1982] 2005) podemos interpretar a noção de acontecimento **do** discurso e **no** discurso como a irrupção de um vir-a-ser-consumado (o encontro entre uma atualidade e uma memória) que poderia não ter sido ou que poderia vir-a-ser-outro ou vir-a-não-ser. Nesse sentido, o discurso, na sua dimensão de acontecimento, isto é, considerando sua inscrição no real da história, mantém uma relação constitutiva com **o irrealizado**, que pelo primado da contingência que rege os processos históricos, não pode ser confundido com nenhum regime de finalidade teleológica.

É esta a tomada de posição da Análise de Discurso, tal como a enuncia Orlandi:

Trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade. (ORLANDI, 1999, p. 53)

EFEITO DE FIM

Acolhemos, portanto, nesta coletânea, artigos que tentam desautomatizar as evidências, gestos que reinventam sentidos e deslocam posições discursivas, pela denúncia, pelo testemunho, pela palavra que apreende e torce o discurso do adversário, desnudando suas filiações ideológicas. Colocar em circulação discursos que instalem uma descontinuidade na regularização de sentidos, que promovam torções

2. Retomamos aqui considerações feitas em Zoppi Fontana (2017).

em redes de significações sedimentadas, além de reafirmar movimentos de reparação também consiste na invenção face à Barbárie.

Ousamos nos revoltar contra a obscenidade da política da morte e sua narrativa negacionista ancorada no descarte de vidas, não ao modo de uma “autopedagogia” que “descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 303), mas como gesto que busca estabelecer um outro lugar de discurso, um lugar onde a deriva possa se instalar em sentidos outros, intervindo ética e politicamente na medida em que “tomamos partido”.

De forma análoga, Butler (2015) – ainda que tomando discurso em uma perspectiva diferente da de Pêcheux, por exemplo – sugere que as relações éticas devem ser pensadas diferenciando-se de qualquer idealização, dado que os processos de subjetivação são efeitos, desde sempre, de relações com o poder (BUTLER, 2021a). Acrescentamos: efeitos de relações de poder e de lutas de classes, nas/pelas quais sentidos deslizam. Nisso, os enunciados podem machucar (por meio, por exemplo, dos dizeres de ódio); no entanto, paradoxalmente, atravessados pela falha e pelo equívoco, podem redefinir campos do dizível (BUTLER, 2021b) e práticas de resistência. Estas, por sua vez, fazem-se presentes neste volume seja como objetos de análise, seja como prática performativa de gestos de leituras que se opõem a formas diversas de agressão. Ou seja, enquanto trabalho de reconhecimento do sentido como determinação social e histórica ligada à forma-sujeito relacionada à formação discursiva (ORLANDI, 2012b, p. 156), compreendemos que os artigos aqui reunidos são práticas de resistência frente à barbárie.

São artigos que, embora sustentados em distintas perspectivas teóricas e gestos diferentes, produzem efeitos combativos dos modos de inscrição histórica da violência, do discurso de ódio e de intolerância, da defesa pública da ditadura e da tortura, do negacionismo e do ataque à ciência, da repressão às diferenças de gênero e sexualidade e da violência contra a mulher, da instalação de uma reação política de indiferença frente a um vírus letal. E isso por meio da palavra, essa arma política, mobilizada em cada um dos textos que compõem este Número Temático como aposta na transformação política e social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Resposta a John Lewis**. In: Posições I. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 [1972].

ALTHUSSER, Louis. **A corrente subterrânea do materialismo do encontro**. Trad. Mônica G. Zoppi Fontana. In: Crítica marxista 20, p.9-48. RJ, Ed. Revan, 2005[1982].

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **Os sentidos do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

_____. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Unesp, 2021b.

CESTARI, Mariana e NOGUEIRA, Luciana. **Análise de discurso e militância política**. In: BARBOSA FILHO, F. e BALDINI, L. **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**. Vol.2. Campinas: Pontes, 2017, p. 115-138.

LACAN, Jacques. O Seminário 11 – **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964-1965)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro, Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Discurso e Leitura**. Cortez: São Paulo, 2012b.

_____. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi, Lourenço Chacon, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

_____. **Análise Automática do Discurso**. In: GADET, F.; HAK, t. (orgs.) Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010 [1969].

_____. **Abertura do colóquio**. In: CONEIN, B. et al. (org.) Materialidade discursivas. Tradução de Débora Massmann. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1980].

_____. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.

_____. **O discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 1ª ed. 1983a .Trad: Eni P. de Orlandi. Campinas: Pontes, 1990[1983].

ZOPPI FONTANA, Mónica G. **O acontecimento do discurso na contingência da história**. In: BARBOSA FILHO, F. e BALDINI, L. **Análise de discurso e materialismos: historicidade e conceito**. Vol.1. Campinas: Pontes, 2017, p. 177-200.